

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Ano XII - N.º 74 - Janeiro / Fevereiro 2011

MEIO AMBIENTE NA PAUTA DO DIA



⇩ 04

Entre o presidente do Instituto Rui Barbosa, Severiano Costandrade (d) e o vice-presidente do Tribunal de Contas, Sérgio Aboudib, o presidente Umberto Messias abriu o fórum que debateu o meio ambiente como alvo da preocupação dos Tribunais de Contas.

Auditorias ganham mais qualidade.

⇩ 08

Corregedoria lança plano estratégico.

⇩ 10

Palavra do Presidente

Acabamos de realizar um fórum específico em que renomados autores e técnicos públicos expuseram ideias e experiências práticas relativas à decisão inédita de alguns Tribunais de Contas em fiscalizar não somente a legalidade das questões financeiras e orçamentárias, como é de praxe, mas também as questões relativas ao meio ambiente, quando no âmbito do patrimônio público.

Este evento derivou da decisão do nosso Tribunal de, igualmente e de modo gradual, considerar em suas auditorias as exigências ambientais, legais e técnicas, que sejam inerentes à gestão pública. Como ocorre na iniciativa privada, os negócios da gestão pública também são obrigados a apreciar a demanda ambiental e, por isso, se tornam naturalmente alvo de nossa obrigação legal.

Nosso plano de auditorias ordinárias deste ano, destaque desta edi-

ção, abrangerá somente um terço dos jurisdicionados em cujas gestões se concentram mais de 80% das receitas públicas. Esta decisão propiciará ganhos em qualidade, produtividade e celeridade, tanto nas auditorias quanto na tramitação dos processos.

Em breve, por convênio firmado, as sessões plenárias serão veiculadas pela TV Assembleia, segundo o propósito de ampliar a transparência e, deste modo, melhorar a percepção que a sociedade tem da importância das atividades do Tribunal de Contas.

Estas decisões, entre outras, são fruto do nosso firme propósito de tornar esta Corte ferramenta pública competente, capaz de prestar à sociedade um serviço de excelência. Com paciência, na vital comunhão dos membros do Pleno e pelo esforço dos servidores, haveremos de tornar nossos serviços ainda melhores, em eficiência e qualidade.

Boa leitura. 



Presidente Conselheiro Umberto Messias de Souza

Expediente

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua José Alexandre Buaiz, 157
Enseada do Suá, Vitória, ES
CEP 29050-913
Tel.: (27)3334-7600
www.tce.es.gov.br

PRESIDENTE
Umberto Messias de Souza

VICE-PRESIDENTE
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

CORREGEDOR GERAL
Sebastião Carlos Ranna de Macedo

CONSELHEIROS
Marcos Miranda Madureira
Valci José Ferreira de Souza
Elcy de Souza
José Antônio Pimentel

AUDITORES
Márcia Jaccoud Freitas
João Luiz Cotta Lovatti
Marco Antônio da Silva

**PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS**
Domingos Augusto Taufner

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA
Ildemar Borges Júnior

SUBDIRETOR GERAL DE SECRETARIA
Lauro Augusto Valle Barros

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do
Estado do Espírito Santo (TCEES)

CONSELHO EDITORIAL
Ildemar Borges Júnior
Lauro Augusto Valle Barros
Bruna Barbosa Soneghet Silva
Fábio Vargas Souza
Marcelo Fedeszen

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Orlando Eller - MTb 036/79

COLABORADORES
Roberta Peixoto
Ketner Souza

Carolline Pontoppidan

EDIÇÃO
Rua das Palmeiras, 710,
Edifício Santa Bárbara, Sala 401,
Santa Lúcia - Vitória-ES
CEP 29056-210
Tel.: (27) 3315-4390
jornalismo@balaio design.com.br

balaio
comunicação e design

TEXTO E FOTOS
Wallace Capucho - MTb 1934/ES
Arquivo Tribunal de Contas

REVISÃO
Marcos Alves

DIAGRAMAÇÃO
Gabriela Maluf

IMPRESSÃO
Gráfica Triângulo
Rua Dr. Américo de Oliveira, 45, Bairro Consolação,
Vitória-ES CEP 29045-560 Tel.: (27) 3181-0345

Manual de contabilidade aplicada ao setor público começa a valer

No dia 2 de dezembro do ano passado foram publicadas no Diário Oficial da União a Portaria STN nº 664 e a Portaria Conjunta STN/SOF nº 04, ambas de 30 de novembro de 2010, que aprovaram as oito partes e um anexo que compõem a 3ª edição o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Portaria Conjunta STN/SOF nº 4/2010 aprova as partes I e VIII, respectivamente procedimentos contábeis orçamentários (PCO) e demonstrativo de estatística de finanças públicas (DEFP). Já a Portaria STN nº 664/2010 aprova as partes II, III, IV, V, VI e VII, respectivamente procedimentos contábeis patrimoniais (PCP), procedimentos contábeis específicos (PCE), plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), perguntas e respostas e exercício prático.

Registre-se, em razão disso, que já estão vigentes de forma obrigatória, no exercício em curso, para todos os entes da Federação, as partes do manual referentes aos procedimentos contábeis orçamentários (parte I), aos procedimentos contábeis patrimoniais (parte II) e aos procedimentos

contábeis específicos (parte III).

Já a escrituração dos registros contábeis, conforme o plano de contas aplicado ao setor público (parte IV) e a evidenciação do patrimônio público nos moldes das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (parte V), deverá ser adotada pelos entes de forma facultativa a partir deste ano e, de forma obrigatória, a partir de 2012, pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal. E, a partir de 2013, pelos municípios.

Os procedimentos contábeis patrimoniais, na parte II do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, abordam os aspectos relacionados ao reconhecimento, mensuração, registro, apuração, avaliação e controle do patrimônio público, adequando-os aos dispositivos legais vigentes e aos padrões internacionais de contabilidade do setor público.

De acordo com as orientações deste manual, as variações patrimoniais serão reconhecidas pelo regime de competência patrimonial, visando a garantir o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades que integram o setor público.

Segundo a Secretaria do Tesouro

Nacional, as principais alterações em relação à 2ª edição consistem na atualização das classificações orçamentárias ante a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2010, a inclusão de capítulos sobre o tratamento contábil de relevantes aspectos patrimoniais, como os créditos tributários, o ativo imobilizado, o intangível e as provisões; o desenvolvimento de rotinas de verificação de integridade contábil e de encerramento do exercício, visando à sistematização e atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; a atualização das estruturas das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público e das notas explicativas; e a inclusão de uma parte específica sobre o demonstrativo de estatísticas de finanças públicas, alinhadas à cultura contábil patrimonial. ▶

Simone Reinholz Velten
Mestranda em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (FUCAPE)
Membro da Comissão Estadual de Contabilidade Pública do CRC-ES
Representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRI-CON) no Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)



O conselheiro Severiano Costandrade, presidente simultâneo do Tribunal de Tocantins e do Instituto Rui Barbosa, prestigiou o fórum.

Compromisso com o PLANETA

A preocupação com o meio ambiente desperta cada dia mais o interesse da sociedade civil. E o mínimo que as pessoas devem esperar é que os órgãos de controle de gestão pública façam valer as práticas institucionais legítimas, de sua obrigação, para anular ou, pelo menos, minimizar as irregularidades no uso dos recursos ambientais do planeta e, deste modo, ajudar a garantir um futuro sustentável.

Por esta razão, o Tribunal de Contas assumiu, segundo preceito incluído em seu Plano Estratégico lançado no final do ano passado, o compromisso formal com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente, realizável por meio das suas auditorias. E, para ratificar publicamente esta decisão, promoveu em sua sede,

no final de fevereiro, fórum especial que discutiu o papel dos tribunais em sua relação com meio ambiente.

O evento, que contou com a participação de renomados técnicos e auditores de outros Estados, colocou em discussão o papel da administração pública relativa às questões ambientais; responsabilidades que cabem aos órgãos de controle neste contexto e ações de outros tribunais que já praticam a defesa do patrimônio ambiental no domínio de suas competências.

Ao inaugurar o fórum, o presidente do Tribunal de Contas, Umberto Messias de Souza, destacou que a união de conselheiros, de auditores, do Ministério Público de Contas e dos servidores dá curso necessário para o cumprimento das obrigações intrínsecas à missão do Tribunal, segundo os anseios sociais.

"Com este trabalho que aqui estamos desenvolvendo, nossa Corte de Contas caminha para a modernidade e não continua a reboque da história como um dos últimos tribunais a se preocupar com assunto tão essencial como este, a sustentabilidade do meio ambiente", disse o conselheiro Umberto Messias.

Entre outros, prestigiaram o evento o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (que é também presidente do Instituto Rui Barbosa), Severiano Costandrade Aguiar, o auditor do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Luiz Henrique de Moraes Lima, técnicos de vários tribunais de contas e o jurista Paulo Affonso Leme Machado, especialista em Direito Ambiental e autor de vários livros sobre o tema, um dos quais autografado durante o evento.

O fórum – Prestigiado por servidores e convidados de outras instituições públicas, o fórum propiciou dois dias de palestras ministradas por doutores e mestres em economia, engenharia e direito ambiental. Entre os diversos temas, destacou-se o da "Constituição Federal e a defesa do patrimônio ambiental", de autoria do mestre em Direito Ambiental Paulo Affonso Leme Machado.

Além de nove palestras, também foram apresentados cases na área de auditoria ambiental por representantes do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas do Rio de Janeiro, Tocantins, Pernambuco e Bahia.

SERVIDORES RECEBEM TREINAMENTO

Com a implantação de auditorias ambientais, o Tribunal deu um importante passo para abordagem legal de um problema que atinge a todos de forma indistinta: a degradação do meio ambiente. A partir de agora, de modo gradual, as auditorias, que até então só se atinham aos aspectos contábeis e financeiros das contas públicas, também passarão a se preocupar com os aspectos que tenham relação com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Diante desta nova demanda, por intermédio de sua Escola de Contas o Tribunal deu início ao processo de treinamento de técnicos que serão responsáveis pelas auditorias ambientais.

Sob o tema "auditoria operacional com foco em meio ambiente", o

curso foi ministrado na Escola de Serviços Públicos, em Vitória, pelos auditores Glória Maria Merola da Costa Bastos e Marcelo Cardoso Soares, ambos do Tribunal de Contas da União.

De acordo com o gestor da Escola de Contas do Tribunal, Fábio Vargas, o curso atendeu às expectativas e foi muito bem avaliado pelos 31 técnicos que dele participaram. "Muitos inclusive já manifestaram interesse em participar do grupo que irá fazer parte do projeto piloto, cuja implantação está prevista para o segundo semestre, como está delineado no Planejamento Estratégico", disse Fábio.

O presidente Umberto Messias de Souza revelou que, em um futuro próximo, pretende



O treinamento interno sobre auditorias ambientais será igualmente oferecido aos jurisdicionados

levar informações relativas às questões ambientais a servidores indicados pelos jurisdicionados do Tribunal, em especial prefeituras e câmaras municipais, tornando a sustentabilidade uma preocupação entre ordenadores de despesas públicas. "Nossas atitudes devem levar em conta um crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente, para a garantia da sustentabilidade", frisou Umberto Messias.

O EXEMPLO COMEÇA EM CASA

Para reforçar o compromisso com a proteção do meio ambiente, o Tribunal começa dentro de suas próprias dependências. Para isso, seu presidente determinou, em plenário, a instituição de uma comissão especial que estudará, dentre a diversidade dos aspectos ambientais, a implantação de uma série de medidas.

Entre as preocupações estão a orientação pela correta segrega-

ção dos resíduos sólidos produzidos pelo Tribunal, tornando a coleta seletiva, já existente, mais eficiente; estimular a redução do desperdício de energia, por meio de uma adequação da iluminação interna; e conscientizar sobre a importância de diminuir o consumo de água e papel, por meio da educação dos servidores para a prática de ações que sejam mais sustentáveis.

MESSIAS DIZ QUE MEIO AMBIENTE É QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA CIDADÃ

Em resposta aos anseios da sociedade e à conseqüente maturidade institucional brasileira, os tribunais de contas vêm aperfeiçoando seus mecanismos e metodologias de controle externo, fato este que amplia o alcance social das suas ações e que possibilita dar ênfase ao que faculta o artigo 225 da Constituição Federal, segundo o qual é dever do poder público e da sociedade defender e preservar os recursos ambientais para si e para as gerações futuras.

Nesta breve entrevista, o presidente do Tribunal de Contas, Umberto Messias de Souza, explica o motivo pelo qual o Tribunal deve zelar para que as intervenções públicas ocorram em conformidade com os modernos parâmetros legais e técnicos que garantam os interesses ambientais e a busca pela sustentabilidade.

O aprimoramento de mecanismos e metodologias do controle externo não ocorre apenas por mera consideração à lei?

É evidente que não. Trata-se também de consciência cidadã. Em nosso cotidiano, percebemos que a natureza não está satisfeita e tem reagido. Somos predadores insaciáveis e temos submetido o planeta

de tal forma que ele vem emitindo sinais de fadiga. Há alguns anos fomos surpreendidos com os problemas descobertos na camada de ozônio. O aquecimento global ainda continua em curso e provocando fenômenos cada vez mais frequentes e acentuados. São eventos devastadores com extraordinária capacidade de produzir vítimas e prejuízos materiais.

O foco do Tribunal não estaria limitado exclusivamente aos controles externos relativos aos aspectos



Durante o evento, o professor Paulo Affonso Machado autografou a edição atualizada do seu livro Direito Ambiental Brasileiro.



O presidente Umberto Messias de Souza lembrou que o planeta dá sinais de fadiga e cobrou consciência cidadã.

financeiros, contábeis e legais no âmbito das despesas públicas?

Absolutamente. Como agente autônomo de fiscalização e controle de recursos públicos, a nossa ação também deve contemplar os aspectos qualitativos, nos quais a questão ambiental se coloca como atual e extremamente relevante para a sobrevivência da espécie humana e da vida em geral. A lei diz que o ambiente faz parte do patrimônio público e ao Estado compete a sua defesa e preservação. Por isso é que há a necessidade de licenciamento ambiental prévio e de projetos básicos que assegurem o adequado tratamento do impacto ambiental dos empreendimentos públicos. Sendo assim, temos a obrigação de par-

ticipar desta luta por um meio ambiente harmônico e saudável, baseado nos modernos parâmetros da sustentabilidade.

É por isso que a questão ambiental passou a ser um dos mais importantes pontos do novo plano estratégico do Tribunal?

Exatamente. O compromisso com a sustentabilidade estará presente em todas as nossas ações, seja nas auditorias aos nossos jurisdicionados ou aqui dentro do Tribunal, onde questões ligadas ao lixo, ao desperdício e à saúde passarão a receber tratamento adequado. Como isso requer uma mudança de comportamento, iniciamos um programa de treinamento de auditores. Ao longo deste ano a iniciativa também deverá contemplar o universo de nossos jurisdicionados. De modo gradual, nossos servidores passarão a considerar, igualmente, aspectos que tenham relação direta com o meio ambiente.

Esta é a razão que estimulou a promoção do fórum e a reunião de renomados especialistas nesta área?

Sim. Porque precisamos aprender com eles a fazer o que é melhor, e o mais depressa possível, para a garantia de um meio ambiente sustentável e saudável, em especial para as gerações futuras. ▀



José Antônio destaca vantagens do plano de auditorias.

Plano anual de auditoria ordinária entra em vigor

O Tribunal de Contas deu início neste mês de março ao seu plano anual de auditorias ordinárias, ferramenta de que dispõe para a execução de sua missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. Realizadas de forma rotineira, as auditorias ordinárias de 2011 tiveram a sua programação aprovada na sessão plenária realizada no dia 13 de janeiro.

Ao contrário do que ocorreu no ano passado, em que se realizou auditoria em todo o universo jurisdicionado, o plano aprovado para este ano contemplará aproximadamente 1/3 dele, segundo o controlador-geral José Antônio Vieira de Rezende.

"Fizemos uma análise e vimos que nosso tempo estava sendo 100% ocupado com auditorias ordinárias. Dessa forma, não conseguíamos dar andamento aos

processos provenientes de denúncias, que foram se acumulando ano após ano", disse Rezende.

O controlador-geral explicou ainda que com essa decisão sobrarão mais tempo para organizar um mutirão e atacar processos que aguardam conclusão. Além disso, agora será possível dar mais atenção às auditorias extraordinárias e especiais - aquelas provenientes de denúncias e cuja probabilidade de sucesso é muito maior, já que chegam com indicativo de irregularidade - em vez de ficar procurando aleatoriamente alguma anormalidade nos mais de quinhentos jurisdicionados do Tribunal de Contas.

"A sociedade espera que nós auditemos, pelo menos, os maiores municípios. Por isso, adotamos o critério de visitar os maiores municípios que, juntos, respondem por cerca de 80% da sua arrecadação". Mas para não ficar somente nos

maiores, o Tribunal sorteou alguns municípios menores para serem auditados, a exemplo do que faz a Controladoria Geral da União. José Antônio esclareceu que este modelo de plano adotado é válido somente para este ano; que pode ou não ser mantido para o próximo, dependendo de decisão a ser tomada pelos conselheiros em momento oportuno.

No ano, mais de 300 auditorias

No ano passado, o Tribunal de Contas realizou 305 auditorias, das quais 261 ordinárias, 39 especiais e cinco extraordinárias, correspondentes a mais de 24 auditorias por mês. Por meio delas está sendo possível checar se houve legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, eficácia e eficiência da gestão no ambiente auditado, estadual e municipal, abrangendo todos os órgãos e entidades da administração direta ou indireta, o que inclui fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público.

Elas fazem parte do cotidiano do Tribunal, que as realiza em razão de rotina ou por estímulo de solicitações institucionais e denúncias formuladas por cidadãos. Podem ser ordinárias, extraordinárias e especiais.

As ordinárias são feitas rotineiramente, segundo programação anual definida pelo plenário. As especiais e as extraordinárias, independentes de programação, em regra se destinam a apurar denúncias acolhidas pelo Tribunal.

As auditorias geram informações que são analisadas pelo Ministério Público Especial de Contas. Apreciadas pelos conselheiros, subsidiam as decisões do plenário. ▀

PLANO ANUAL DE AUDITORIAS ORDINÁRIAS 2011

JURISDICIONADOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO		JURISDICIONADOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO		INÍCIO	TÉRMINO
Banestes S.A.	14/3/2011	1/7/2011	Câmara Municipal de Colatina	28/3/2011	1/4/2011
Cesan S.A.	14/3/2011	8/7/2011	Prefeitura Municipal de Guaçuí	4/7/2011	15/7/2011
Bandes S.A.	14/3/2011	20/5/2011	Câmara Municipal de Guaçuí	18/7/2011	22/7/2011
Banestes DTVM	30/5/2011	29/7/2011	Prefeitura Municipal de Pinheiros	4/7/2011	15/7/2011
Cohab S.A.	18/7/2011	12/8/2011	Câmara Municipal de Pinheiros	18/7/2011	22/7/2011
Fundo Estadual de Saúde	14/3/2011	12/5/2011	Prefeitura Municipal de Apiacá	6/6/2011	14/6/2011
Polícia Militar	24/5/2011	17/6/2011	Câmara Municipal de Apiacá	15/6/2011	17/6/2011
Polícia Civil	14/3/2011	7/4/2011	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte	6/6/2011	14/6/2011
Secretaria de Estado da Justiça	14/3/2011	25/4/2011	Câmara Municipal de Bom Jesus do Norte	15/6/2011	17/6/2011
Hospital Antônio Bezerra Farias	13/5/2011	9/6/2011	Prefeitura Municipal de Vila Velha	3/5/2011	10/6/2011
Superintendência Estadual de Comunicação	26/4/2011	20/5/2011	Câmara Municipal de Vila Velha	30/5/2011	17/6/2011
Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves	1/7/2011	27/7/2011	Prefeitura Municipal de Linhares	14/3/2011	5/4/2011
Centro de Atendimento Psiquiátrico Aristides Alexandre Campos	10/6/2011	28/6/2011	Câmara Municipal de Linhares	6/4/2011	8/4/2011
Secretaria de Estado do Desenvolvimento	8/4/2011	26/4/2011	Prefeitura Municipal de Anchieta	25/4/2011	10/5/2011
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	29/7/2011	12/8/2011	Câmara Municipal de Anchieta	11/5/2011	13/5/2011
Fundo Previdência Servidores Públicos Cíveis e Militares do Espírito Santo	23/5/2011	5/7/2011	Prefeitura Municipal de Viana	11/7/2011	26/7/2011
Secretaria de Estado Educação	14/3/2011	26/4/2011	Câmara Municipal de Viana	27/7/2011	29/7/2011
Departamento de Estradas e Rodagem	5/5/2011	1/6/2011	Prefeitura Municipal de Jaguaré	4/7/2011	19/7/2011
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano	11/4/2011	3/5/2011	Câmara Municipal de Jaguaré	20/7/2011	22/7/2011
Departamento Estadual de Trânsito	16/5/2011	28/6/2011	Prefeitura Municipal de Ecoporanga	4/7/2011	19/7/2011
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos	14/3/2011	15/4/2011	Câmara Municipal de Ecoporanga	20/7/2011	22/7/2011
Secretaria de Transportes e Obras Públicas	18/4/2011	19/5/2011	Prefeitura Municipal de Boa Esperança	14/3/2011	22/3/2011
Casa Militar	28/4/2011	11/5/2011	Câmara Municipal de Boa Esperança	23/3/2011	25/3/2011
Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura	14/3/2011	25/3/2011	Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina	14/3/2011	22/3/2011
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	28/3/2011	8/4/2011	Câmara Municipal de Santa Leopoldina	23/3/2011	25/3/2011
Tribunal de Justiça	15/3/2011	7/6/2011	Prefeitura Municipal da Serra	21/3/2011	8/4/2011
Procuradoria Geral da Justiça	2/5/2011	29/6/2011	Câmara Municipal da Serra	11/4/2011	15/4/2011
Assembleia Legislativa	15/3/2011	28/4/2011	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	2/5/2011	20/5/2011
Fundo Especial do Poder Judiciário	9/6/2011	29/7/2011	Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	24/5/2011	27/5/2011
Corregedoria Geral da Justiça	1/7/2011	22/7/2011	Prefeitura Municipal de Aracruz	21/3/2011	8/4/2011
Prefeitura Municipal de Vitória	18/4/2011	20/5/2011	Câmara Municipal de Aracruz	13/4/2011	15/4/2011
Câmara Municipal de Vitória	6/6/2011	10/6/2011	Prefeitura Municipal de Guarapari	2/5/2011	20/5/2011
Prefeitura Municipal de Cariacica	18/4/2011	13/5/2011	Câmara Municipal de Guarapari	24/5/2011	27/5/2011
Câmara Municipal de Cariacica	13/6/2011	17/6/2011	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha	13/6/2011	24/6/2011
Prefeitura Municipal de São Mateus	14/3/2011	25/3/2011	Câmara Municipal de São Gabriel da Palha	27/6/2011	1/7/2011
Câmara Municipal de São Mateus	28/3/2011	1/4/2011	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra	13/6/2011	24/6/2011
Prefeitura Municipal de Colatina	14/3/2011	25/3/2011	Câmara Municipal de Conceição da Barra	27/6/2011	1/7/2011
			Prefeitura Municipal Alto Rio Novo	18/7/2011	22/7/2011
			Câmara Municipal Alto Rio Novo	25/7/2011	29/7/2011
			Prefeitura Municipal de Pedro Canário	18/7/2011	22/7/2011
			Câmara Municipal de Pedro Canário	25/7/2011	29/7/2011

Auditorias especiais e extraordinárias podem ocorrer em todos os municípios, independentemente deste plano anual de auditorias ordinárias.

Plano estratégico em ação

Criada em abril do ano passado, e tendo à frente o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, a Corregedoria-Geral do Tribunal de Contas passou a elaborar um plano estratégico composto por ações e projetos que incluíram a implantação de sua estrutura física e seus recursos hu-

manos e, efetivamente, o desenvolvimento de vários projetos relativos às atividades fim e meio do Tribunal de Contas.

Sob coordenação do corregedor-geral, realizaram-se dezenas de reuniões, algumas para estruturar e colocar a Corregedoria em funcionamento e outras para desenvolver as primeiras

propostas técnicas. Assim, dezesseis projetos tiveram início. Cinco em abril, mês de criação da Corregedoria, e onze nos meses seguintes. Nove foram concluídos, dos quais quatro passaram por aprovação do Pleno, que os transformou em resoluções; e outros sete serão concluídos até o final do primeiro semestre deste ano.



Corregedor-geral Sebastião Carlos Ranna de Macedo

1 Projetos concluídos

- Elaboração do Código de Ética Profissional dos Servidores;
- Criação do Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral;
- Criação da página da Corregedoria-Geral no Portal do Tribunal;
- Alterar os limites e procedimentos relativos a saneamento e quitação;
- Elaborar guia de orientação e proposta de resolução para implantação do sistema de controle interno na administração pública capixaba.

2 Projetos transformados em resolução

- Adequação do Regimento Interno à Lei 549/2010 (Res. TC nº 218/2010);
- Alterações regimentais para otimizar procedimentos de citação e notificação (Res. TC nº 224/2010);
- Nova redação para os artigos 107 e 108 e acréscimo do artigo 107-A ao Regimento Interno (Res. nº 222/2010);
- Apresentação da minuta do Código de Ética dos Membros do Tribunal (Res. nº 225/2010).

3 Projetos em andamento

- Normatização de rotinas e procedimentos de atuação da Corregedoria;
- Adequação do Regimento Interno às alterações legislativas na área contábil e IN nº 08/2008;
- Elaboração de fluxogramas dos procedimentos de trabalho regimentais;
- Educação - instituição de novos mecanismos adequados à fiscalização;
- Ato pessoal - para avaliar os sistemas informatizados disponíveis para tratamentos dos atos de pessoal com vistas à adesão do Tribunal;
- Estatísticas de resultados do controle externo;
- Novas perspectivas para as auditorias de obras;
- Transparência nas contas;
- TCEES Sustentável;
- Adequação do Regimento Interno à Lei 10.028/2000. ➤

Uma fera no futebol de botão



Ele já foi vaqueiro, militante do Partido Comunista Brasileiro, por pouco não se tornou médico, flertou com o jornalismo, formou-se em Direito, trabalhou em seis administrações da Prefeitura de Vitória, quase morreu e, finalmente, renasceu. Perto de completar 50 anos, a história de vida de Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, conselheiro e vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito, já daria um bom livro. Um livro que poderia até ser escrito por ele mesmo, já que também é escritor.

Filho de pai médico e de mãe servidora da Receita Federal — ambos moradores de Alfredo Chaves, — Aboudib nasceu na capital, pois o hospital da

pequena cidade do Sul do Estado não oferecia condições para realizar um complicado parto de gêmeos. De Alfredo Chaves, guarda os bons momentos vividos na infância. Um período em que — na fazenda do avô — tocava boiada, marcava o gado, entre outras tarefas que um bom vaqueiro precisa desempenhar. Daquele tempo ficaram apenas as lembranças e o hábito de “acordar e dormir com as galinhas”, como diz o pessoal da roça. Hoje, ele mata a saudade do campo assistindo, aos domingos, ao programa Globo Rural.

Mas a vida de Aboudib começou a ficar inteiramente urbana, e agitada, já na adolescência, quando se mudou para Vitória. Em plena ditadura, ele reabriu o grêmio estudantil do colégio Salesiano, filiou-se ao Partido Comunista e fez campanha contra o regime, distribuindo panfletos que ele mesmo produzia no mimeógrafo do Diretório Acadêmico.

Embora nunca tenha sido preso, passou por alguns apertos ao fugir da polícia. Mas a política não o seduziu a ponto de fazer dela uma carreira. Sonhava ser médico, jornalista ou advogado criminalista. E foi nessa mesma ordem que ele fez dois anos de medicina e um de jornalismo, até se encontrar na advocacia, que o possibilitou trabalhar na Prefeitura de Vitória, no Governo do Estado e, agora, no Tribunal de Contas.

Aos 47 anos, passou por um momento delicado. Tão delicado que considerava 12 de fevereiro de 2009 como data de seu segundo nascimento. Foi naquele dia em que se submeteu a uma cirurgia bariátrica, decisão que o ajudou a lutar contra a obesidade e uma série de problemas colaterais.

Passados dois anos da cirurgia e com a saúde totalmente recuperada, voltou até a jogar futebol, esporte pelo qual é apaixonado. Torcedor fanático do Fluminense, Aboudib já ensaiou sua volta às peladas dos servidores do Tribunal. Segundo ele, tudo deverá ser bem devagar, até recuperar a forma física. Mas se tem um esporte em que o conselheiro não precisa de tempo nenhum para se adaptar é o futebol de botão. Nele, Aboudib é um dos melhores do Brasil: foi bicampeão brasileiro, nos anos de 2008 e 2009.

Outro campo no qual Aboudib bate um bolão é o da literatura. No ano passado, lançou o primeiro livro de histórias infantis intitulado “O elefante que queria ser bombeiro”. Em breve, lançará “Olhos de Jabuticaba”, seu segundo livro voltado para o público infantil. Os adultos, contudo, não foram esquecidos. Há um livro de poesias prontinho para ser lançado, só falta, como ele admite, um pouco mais de coragem. ◀

No ar, as plenárias do Tribunal



A TV Assembleia tem equipe de quarenta profissionais.

Por meio de convênio, o Tribunal de Contas do Espírito Santo já conta com espaço na grade de programação da TV Assembleia que passará a veicular, em breve, suas sessões plenárias. A medida, adotada pelo presidente conselheiro Umberto Messias de Souza, tem como objetivo ampliar a transparência das atividades do Tribunal e afinar a sintonia com a sociedade.

As sessões ordinárias do Pleno, que se realizam regulamente às terças e quintas-feiras, serão gravadas em vídeo em padrão compatível com a exigência técnica da TV Assembleia e veiculadas às quintas e sextas-feiras, entre 15h e 18h, exceto nos dias em que houver sessão legislativa extraordinária.

TV ASSEMBLEIA

As dezesseis horas de programação diária da TV Assembleia são transmitidas via cabo (canal 12 da NET-ES) para Vitória e Vila Velha. Já as sessões ordinárias legislativas são veiculadas ao vivo em canal aberto, para a Grande Vitória, por meio de parceria com a TV Educativa do Espírito Santo (canal 2).

Atualmente, a TV Assembleia tem uma equipe de cerca de quarenta profissionais, entre jornalistas, cinegrafistas, editores, produtores, operadores de controle-mestre e técnicos administrativos. Com um estúdio próprio e quatro ilhas de edição, este grupo é responsável



Além do estúdio próprio, possui quatro ilhas de edição.

pela produção diária dos treze programas que integram a grade do veículo.

Apesar de dar prioridade à cobertura de assuntos do Legislativo, a TV

Assembleia também trabalha na divulgação de eventos externos que envolvam políticas públicas de interesse da população capixaba. ◀